



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colomoino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1994
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputado Toti Colaço e Carlos Simões.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cléiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iehsen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dalton Machuca, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e Plauto Miró Guimarães (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente indica o Deputado Arlindo Troian para compor como Titular a Comissão de Saúde, em substituição ao Deputado Caíto Quintana.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) JOSÉ TAVARES
 vice-Líder do PMDB

Curitiba, terça, em 24.05.94

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido Progressista, venho através do presente indicar para a minha suplência na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o Deputado José Arthur Ritti.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) NILTON BARBOSA
 Líder do PP

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, ouvido o douto Plenário, regime de urgência de acordo com o art. 182 e seguintes do Regimento Interno, ao Projeto de Lei nº 179/94, que cria "banco de dados no Tribunal de Contas do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o douto Plenário, destaque para a discussão e votação à Emenda nº 2 apresentada ao Projeto de Resolução nº 020/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário autorização para ausentar-se do País por trinta (30) dias, com a finalidade de participar de congressos e cursos na Alemanha e na Itália.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Osmar Bernardino, ocorrido em data de 18 do mês em curso, no Município de Quatiguá, aos 38 (trinta e oito) anos de idade, deixando viúva a Sra. Vera Lúcia e 02 (dois) filhos.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dado ciência à família enlutada, com

minhas sinceras condolências, aos cuidados do Sr. José Parmesan, à Rua José. Eduardo Júnior - Chácara Santa Maria - Quatiguá-PR - CEP:86.540-000.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Rosalina dos Santos Karwowski, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1290

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvio Batista Rosas, ocorrido dia 21 de maio em Ponta Grossa.

O extinto deixa a lamentar seu falecimento a sra. sua esposa, Augusta B. Rosas, os filhos Silvio, Euzébio, Geraldine e Janita.

Pessoa de muitas amizades, que com certeza causará saudades a amigos e parentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua Dr. P. Xavier, 1141, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento, no dia de ontem, do Sr. Félix Lerner, à sua família, em nome de seus filhos: Clarita, Henrique, Júlio e Jaime.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(aa) PAULO MAIA

NAMIR PIACENTINI

LUIZ CARLOS ZUK

EMILIA BELINATI

ALGACI TÚLIO

LUIZ CARLOS MARTINS

ROSSONI

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado e funcionário aposentado deste Poder Legislativo, Doutor Nicanor Vasconcelos de Souza, mais conhecido como "Doutor Canoco", aos 83 anos de vida, ocorrido nesta Capital, deixando viúva a Senhora Julieta Vasconcelos de Souza.

Tratava-se de uma pessoa muito querida e admirada pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades. Como homem político, soube sempre honrar o cargo que ocupava, dedicando-se em prol da comunidade.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignando, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Wilfrido Tiradentes da Rocha, ex-massagista do Coritiba, ocorrido dia 13 de maio/94.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 83 anos faleceu, Wilfrido Tiradentes da Rocha, ex-massagista do Coritiba, ocorrido em 13 de maio de 1994.

O extinto deixa viúva a Senhora Anair Santos Rocha e dois filhos.

O passamento de Wilfrido Tiradentes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Wilfrido.

Wilfrido Tiradentes da Rocha, que durante anos a fio tratou dos jogadores tendo sempre a responsabilidade de verificar as condições daqueles que entregues aos seus cuidados, exercia às vezes, as fun-

ções de massagista e médico do clube. Valores importantes tiveram recuperação em curto espaço de tempo, devido ao cuidado, a dedicação e capacidade com que ele tratava os seus jogadores. Por ele passaram, não apenas jogadores do Coritiba, mas também atletas de outros times.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre ele, e o descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rocha endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Liberalino Estevam.

Que do teor do presente dê-se ciência também à direção do jornal "Gazeta do Povo", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Mineiro de Aimoré, Liberalino Estevam era poeta consagrado pelas "Populiras", publicadas diariamente no jornal "Gazeta do Povo".

Figura muito querida em nossa sociedade, recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, por sua militância nas artes literárias e vida exemplar, como cidadão e chefe de família.

Foi lavrador, depois fotógrafo, agenciador de anúncios, representante e distribuidor de revistas, vendedor, mas principalmente poeta.

Liberalino faleceu aos 70 anos, deixando três filhos: Carla, Rose e Edson, e uma imensidão de leitores que colecionavam suas "Populiras", tanto pela perfeição da poesia - rigorosamente dentro dos parâmetros de métrica e da rima - quanto pelas mensagens lúcidas que transmitiam.

REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à empresa HELISUL - Linhas Aéreas S/A, pela inauguração, no último dia 16, da linha regular entre Pato Branco e Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos diretores da referida empresa aérea, ao Senhor Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná e à Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A importância do transporte aéreo na vida moderna é indiscutível, assim como sua influência decisiva na sociedade, seja como meio de incrementar o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Reconhecemos que o ideal é que o transporte aéreo esteja sempre à disposição do homem e contribua para a ligação rápida e integral, aproximando e unindo as pessoas, incentivando o verdadeiro progresso, promovendo a solidariedade, a fraternidade e sobretudo para dias melhores para a população do Sudoeste paranaense, que vencendo todos os obstáculos continuam dando sua parcela de contribuição para o crescimento e o progresso de toda a região, que exige celeridade nas suas deliberações para atender a caminhada rumo a um grandioso futuro, que esperamos a sua consolidação com a conquista junto a empresa HELISUL - Linhas Aéreas S/A, cujos diretores conhecem o exato sentido do progresso para uma região.

É salutar ver a disposição dessa gente, é motivo de júbilo para nós, sudoestinos, a inauguração dessa linha aérea que vemos hasteada a bandeira no templo do progresso.

REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, voto de congratulações pela passagem, no dia 25 de maio, da Data Nacional da República Argentina.

Sob o domínio da Coroa Espanhola em 1776, o herói Jose de San Martín lidera a derrubada do vice-Reinado em 24 de maio de 1810 e obtém, em 09 de julho de 1816, a Declaração de Independência do país irmão argentino.

Proclamada a independência pelo Congresso de Tucumán, tem o povo argentino nesse dia da sua história fixada a Data Nacional de sua Pátria.

Por esse júbilo que irmana todos os povos do Sul da América, o respeito desta Assembléia Legislativa que requer se substancie neste voto e dele se dê conhe-

cimento a Sua Excelência o Senhor Jaime Hernando Besermam, digno Cônsul da República Argentina nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações pelos 38 Anos de Extensão Rural do Paraná, comemorado no dia 16 de maio de 1994.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao Senhor José Tarciso Fialho, mui digno Diretor da EMATER-PR, à Rua da Bandeira, 171 - CEP 80.035-270 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR, que completou no último dia 20, 38 anos de fundação.

A EMATER é uma empresa estadual vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. A empresa surgiu como um Escritório Técnico Agrícola - "ETA", que deu origem a ACARPA, depois denominada EMATER.

Os extensionistas da EMATER levam até o campo seus conhecimentos a novas tecnologias necessárias para a agricultura, isto é feito através de metodologias educativas.

O objetivo da EMATER é modernizar a agricultura paranaense e contribuir para o crescimento do agricultor.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à EMATER, em nome dos diretores e funcionários, sito à Rua da Bandeira, 171, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a V. Exa. seja oficiada a manifestação desta Assembléia Legislativa ao Presidente da SANEPAR Sr. Marcos Antonio Senozicz, solicitando com urgência a ligação de água para os moradores da rua Sertaneja, (final da Travessa Malet) Jardim Cristina 3, Distrito de Guaraituba - Município de Colombo.

Sala das Sessões, 24.05.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Este serviço é importante para todos os moradores da região, no sentido de facilitar suas vidas com a utilização de água tratada, trazendo maior conforto, além de reduzir as possibilidades de infecções e contaminações em razão da falta deste serviço.

Assim, faz-se necessário a instalação urgente destes serviços prestados pela SANEPAR aos moradores desta região.

REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a V. Exa. seja oficiada manifestação desta Assembléia Legislativa ao Presidente da COPEL, Sr. João Carlos Cascaes, solicitando a ligação de luz para os moradores da Rua Sertaneja, (final da Travessa Malet) Jardim Cristina 3, Distrito de Guaraituba, Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tal ligação se faz necessária para atender aos moradores da região, que carecem deste valioso serviço prestado pela COPEL. Os moradores desta região há muito tempo vêm reivindicando esta instalação que trará inúmeros benefícios bem como maior segurança a todos desta região.

REQUERIMENTO N° 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a V. Exa. conforme solicitação formal do Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva de Terra Roxa (ofício em anexo) solicitação urgente ao Superintendente da FUNDEPAR Sr. Elerian Vanete, no sentido de liberar verbas para reformas neste estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As reformas desta escola são emergenciais devido as péssimas condições de suas instalações físicas, trazendo riscos para os alunos, daí o caráter emergencial da liberação de verbas para que se viabilize as reformas necessárias para o bom atendimento aos alunos deste estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER envio de mensagem ao Supremo Tribunal Federal por ser preocupante a posição tomada, solicita ao STF que em momento próximo reveja esta posição de declarar as greves de servidores públicos como ilegais.

Entendemos que a culpa da maioria das greves é do Governante (ocupante de cargos de decisão a nível de Poder Executivo). O artigo 8º, inciso VI estabelece que "é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho". Terminantemente alguns governantes têm se negado a fazer esta negociação.

No entanto, o Artigo 9º da Constituição Federal reza que "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo".

Na questão do servidor público, tal direito é garantido ainda no artigo 37, inciso VII.

Sendo direito assegurado pela Constituição, este não pode ser negado pela justiça. Entendemos que tal ato é fruto de desconhecimento da realidade salarial/social de como vive a maioria dos servidores públicos no Brasil. A maioria recebe salários abaixo de dois mínimos quando não menos que um salário mínimo como é o caso de algumas cidades do nordeste.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, quanto a intensificação de policiamento nas proximidades do terminal da Santa Efigênia, tendo em vista os marginais que por lá circulam, amendrontando e assaltando as pessoas. O pedido está sendo feito pelos moradores que residem próximo ao terminal e vivem apreensivos com a ação desses vândalos.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre na Rua Tenente Coronel Servandro de Loyola e Silva, localizada no bairro da Barreirinha. O pedido está

sendo feito pelos moradores do bairro, tendo em vista que a água só vem à noite e nem sempre enche as caixas d'água totalmente. Por este motivo eles têm que levantar de madrugada para encher tanques e vasilhas para terem água durante o dia. Muitos transtornos são causados à toda população que já não agüenta mais essa situação.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Gerônimo Mendes dos Santos, proximidades do n° 966, localizada na Vila Maria Antonieta - Pinhais, quanto a execução de melhorias nessa e em outras ruas da vila. Afirmam os moradores que as ruas estão em péssimo estado e necessitam urgentemente de serem arrumadas.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de efetuar estudos quanto a instalação de um telefone público no Bar Mercearia do Toninho, localizado na Rua Getúlio Vargas n° 53 - Lamenha Grande - Jardim São Carlos II, no Município de Almirante Tamandaré. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais não dispõem de um aparelho telefônico, causando muitos transtornos a todos. São 700 (setecentas) famílias que lá residem, todas proprietárias dos imóveis lá existentes e que com o atendimento do presente pedido serão muito beneficiadas.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água durante o dia na Avenida Lisboa, localizada no Parque São Lourenço, no Município de Colombo. O pedido está sendo fei-

to pelos moradores do local, os quais afirmam que a água só vem à noite, causando muitos transtornos a todos. Pedem providências urgentes tendo em vista que toda a população está sofrendo com a falta d'água.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Roberto Blasi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação de recursos financeiros para execução de pavimentação poliédrica e asfáltica no perímetro urbano do Município de Peabiru.

A presente solicitação visa dotar a malha viária da cidade de melhores condições de uso e tráfego, oferecendo maior segurança.

Há necessidade de dotar o município de infra-estrutura para o seu crescimento.

Esta pavimentação, além dos benefícios diretos aos seus usuários, permite que outros serviços urbanos sejam implantados, incrementados e realizados a custos menores.

Sala das Sessões, em 24.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados a reconstrução da Escola Municipal de Macacos, no Município de Imbituva.

A reconstrução da escola faz-se necessário, devido o prédio não mais oferecer condições mínimas de segurança aos seus alunos e professores.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso de 2° Grau na Escola Estadual da localidade de Rio do Couro, no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jackson Bauduy, Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, solicitando a firmamento de convênio entre o IPE e os hospitais dos seguintes Municípios: Imbituva, Inácio Martins, Rebouças, Teixeira Soares, Rio Azul e Mallet.

A presente solicitação se prende ao fato de que há necessidade de prestar um maior e melhor atendimento médico-hospitalar ao funcionalismo público estadual destas localidades.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Senhor Marco Antonio Cenovik e ao Presidente da COPEL, Senhor João Carlos Cascaes, solicitando a criação de um projeto para que asilos, creches, orfanatos e demais instituições de auxílio à população carente, venham a pagar uma taxa mínima (simbólica), pelos gastos de luz e água.

A taxa acima referida, deverá ter um valor fixo, não importando o consumo, pois instituições assistenciais não têm objetivos lucrativos, e pagam taxas iguais a comerciantes e industriais, que visam sempre a expansão dos negócios e obtenção de lucro.

Essa medida se concretizada, irá beneficiar várias instituições dentro do Estado do Paraná, que encontram dificuldades em obter recursos para pagar todas as despesas mensais.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauro Goulart, Digníssimo Secretário da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros e/ou materiais, para a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, vistas as necessidades, principalmente de remé-

dios para os seus filiados.

Do aprovado, requer comunicação ao Senhor João Dantas Tenório, Presidente da entidade (Rua Pedro Álvares Cabral, 2.677 - Iporã - PR).

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A convivência diária com a morte súbita, subnutrição, viagens cansativas e, em média 4 horas presos a uma máquina que os ajuda a sobreviver, fazendo o papel dos rins que há muito deixaram de funcionar pelas mais diferentes causas, e a rotina massacrante enfrentada por um grupo de 60 pessoas portadoras de insuficiência renal. A maioria deles reside na região de Umua-rama e dependem da Prefeitura para se deslocar até o Instituto do Rim (cinco existentes nos 30 Municípios pertencentes a AMERIOS - Associação dos Municípios Entre Rios), muitas vezes com a barriga vazia.

Para completar a "via crucis", o Governo Federal só está repassando os medicamentos essenciais à sobrevivência dos pacientes (em média eles tomam sete medicamentos a cada três meses).

Muitos renais crônicos acabam internados em UTI's, vez que esquecidos pela sociedade tentam equilibrar poucos recursos que recebem, para adquirir os remédios e a alimentação ao mesmo tempo.

Um dos casos como exemplo deste drama, é a dona de casa Olga Dainesi, 53, moradora em Altônia, uma das pacientes que sente na pele o sofrimento causado com a falta de medicamentos. Ela tem que tomar, diariamente, calmantes, sulfato ferroso, carbonato de sódio e remédio para o coração.

Portanto, requer-se que a Secretaria de Saúde venha a complementar essa lacuna, com provimento de remédios.

REQUERIMENTO N° 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauro Goulart, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de medicamentos e instrumentos odontológicos para o funcionamento da clínica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Município de Içaraíma.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Carlos Alberto Gabiatto, Presidente da entidade (Av. Generci Delfino Coelho, 965 - Içaraíma), e ao Ilustre Vereador José Carlos Manzoni.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui profissional que realiza um exce-

lente trabalho para os familiares dos filiados, na área de tratamento odontológico.

No entanto, a entidade encontra-se em dificuldades para repor os materiais utilizados, não só os medicamentos como principalmente os instrumentos, devido ao alto custo, como também porque o atendimento tem se estendido a população em geral, num complemento aos serviços do setor público.

REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Bairro Jardim Brasil, localizado no Município de São José dos Pinhais, quanto a instalação de um aparelho de telefone público em frente à Mercearia São João, situada na Rua D, daquele Bairro.

O pedido está sendo feito tendo em vista que nas proximidades há um telefone público em frente à Mercearia Jardim Brasil, na Rua C, porém como o movimento é intenso, não está sendo suficiente para atender todos os moradores do local, há muita fila, além da ficha ser vendida pela citada mercearia por CR\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros reais), um valor muito maior que o preço real.

Pedem que o presente pedido seja atendido, pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar professor de Português para a 5.ª série do 1º grau para o Colégio Professor Guido Straube, localizado no Bairro das Mercês.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos os quais afirmam que desde o início do ano letivo não há professor da citada matéria. Pedem que o problema seja sanado o mais breve possível, pois os alunos já foram muito prejudicados com a falta dessa matéria tão importante no currículo escolar.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Vilas Novas, localizado à Rua Senador Acioly Filho, nº 95 - CIC, quanto a instalação de um aparelho de telefone público no estacionamento desse conjunto.

Pedem que seu pedido seja atendido, pois no conjunto residem muitas pessoas as quais serão beneficiadas com a instalação do mesmo.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, no sentido de implantar um semáforo na BR 277, no cruzamento com a Avenida Rui Barbosa - São José dos Pinhais, tendo em vista o local ser muito movimentado e as pessoas não conseguirem atravessar a rodovia. O pedido está sendo feito pelos moradores de São José dos Pinhais, os quais afirmam que ficam muito tempo para atravessar a rodovia, pois nem mesmo um redutor de velocidade há no local e desta forma a incidência de acidentes é constante. O local é muito perigoso e necessita urgentemente de algum tipo de sinalização que venha beneficiar transeuntes e motoristas.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de reconsiderar a decisão de desativar o ensino de 1º grau, da 5ª a 8ª séries, na Escola Estadual Aline Pichet, localizada no bairro Ahú, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à senhora Lila Tecla (Av. Anita Garibaldi, 1351, Ahú - CEP: 82200-530), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a numerosos apelos da comunidade do bairro Ahú, em Curitiba, indignados com a decisão da Secretaria da Educação de desativar o ensino de 5ª a 8ª séries do 1º grau na Es-

cola Estadual Aline Pichet.

"Como a primeira série a ser desativada é a 5ª (quinta), os alunos estão sendo dispersados como formigas, procurando vagas em outras escolas. Com a sua tradição de muito tempo - lá estudaram nossos filhos e netos - a Escola Aline Pichet não pode acabar assim o seu ensino que é de primeira qualidade". Por este pequeno trecho de uma das correspondências encaminhadas ao nosso Gabinete Parlamentar, o Senhor Secretário da Educação poderá verificar a preocupação daquela comunidade com a desativação do ensino de 5ª a 8ª séries do 1º grau na Escola Aline Pichet.

E confiamos na sensibilidade e competentes providências daquele Secretário para, revendo a decisão, evitar a desativação daquela modalidade de ensino do estabelecimento supramencionado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 181/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay - Ensino de 1º e 2º graus, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay - Ensino de 1º e 2º graus, é pessoa de direito privado e instituição auxiliar do estabelecimento de ensino. Não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros. Com sede e foro no Município de Ponta Grossa, situa-se na Rua Andrade Neves, s/nº, Vila Marumbi - bairro Uvaranas.

Tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, e por objetivos específicos:

a) prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

b) representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à Direção do estabelecimento;

c) contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar;

d) promover o entrosamento sistemático

entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-cultural-desportivas.

Para a concretização dos objetivos acima expostos a Associação de Pais e Mes-tres do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay - Ensino de 1º e 2º graus, busca mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade; receber doações e contribuições voluntárias fornecendo o competente recibo para efeitos de abatimento ou dedução fiscal.

Pelo trabalho realizado pela APM dentro da comunidade e do Colégio Borell Du Vernay, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta este Parlamentar com o apoio de seus Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 182/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira - ADECONAM, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da instituição, Senhor Gentil Telles de Proença, formulada através do Ofício n° 04/94, datado de 9 do corrente mês, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, a frente da presidência daquela instituição, o que endossa, sem dúvida, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira - ADECONAM. Desta forma, encaminha-se então o respectivo projeto de lei.

A instituição em apreço, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se portanto, numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida pela entidade.

Face às características e posturas referidas requer-se então, a declaração de Utilidade Pública da instituição em epígrafe, uma vez que a mesma, atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que trata sobre normas para declaração de Utilidade

Pública, de entidades sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI N° 183/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santa Fé, a área de terras de n° data 02, quadra 06, com área total de 1.040 m2, localizada no Jardim Monte Alto, no mesmo município, havidas a título de permuta com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com escritura pública, lavrada às notas do Tabelionato de Santa Fé, Comarca de Astorga, Estado do Paraná, às fls. 186 e 187 do Livro 58-E, em 15 de julho de 1992.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, em data de 15 de julho de 1992, efetuou permuta de terreno com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

A SANEPAR, até a presente data não utilizou o terreno objeto da permuta e a Prefeitura, proprietária de terreno ao lado do citado, pretende efetuar construção de 18 (dezoito) unidades habitacionais para pessoas carentes do município, para o que faz-se necessário anexar o terreno de propriedade da Prefeitura ao terreno ora solicitado, uma vez que o terreno de propriedade do município é insuficiente para a construção das referidas unidades habitacionais.

Buscando cumprir uma de suas principais metas de Governo, proporcionar moradias aos menos favorecidos, melhorando a qualidade de vida da população, a Prefeitura Municipal de Santa Fé solicita a doação do terreno em pauta.

PROJETO DE LEI N° 184/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único da Lei n° 7766 de 11 de novembro de 1983, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo destina-se à construção de um complexo esportivo e fica gravado com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O município de Itambé, recebeu através da Lei nº 7766, datada de 11 de novembro de 1983, o lote de terras sob nº 45-44, parte do lote nº 44, da Gleba Ribeirão Ijuhy, com área de 2.700 m2 situado na Vila Persona, na sede do Município, a título de doação.

Na lei acima citada, constava ao parágrafo único do art. 1º, que "o imóvel... destina-se à construção do Asilo São Vicente de Paulo".

Ocorre que sendo Itambé, município de pequeno porte, com cerca de 7.000 habitantes, constatou-se que seria desnecessária a construção do referido asilo, mas o local é apropriado para construção de um complexo esportivo, haja vista a cidade contar com seis escolas, mas nenhuma possui quadra esportiva coberta, havendo necessidade da utilização de praças da cidade, além do ginásio de esportes, para a prática de educação física (matéria constante do currículo escolar).

Como a população do município dedica-se com afinco à prática esportiva, tendo inclusive sempre participado com destaque de competições a nível nacional, faz-se necessária a construção de um local onde não só as escolas utilizem para a prática de educação física, mas também a população faça uso para a prática de esportes e outras atividades de lazer.

PROJETO DE LEI Nº 185/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a entidade denominada Lar Santo Antonio, localizado à Avenida Brasil, 1432 Município de Cambé/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Lar Santo Antonio do Município de Cambé/PR, é entidade assistencial que desenvolve importante trabalho com os menores carentes do Município de Cambé, em regime de semi-internato.

As crianças atendidas no local, na faixa etária de zero a doze anos, permanecem na entidade das 7:00 às 19:30 horas, onde recebem alimentação, educação, recreação orientada, noções de higiene, etc, além de a entidade buscar atingir as famílias das crianças atendidas, inclusive com atendimentos médicos e transporte, especialmente até os locais de atendimento

médico e medicamentos.

A documentação acostada demonstra a magnitude e dignidade dos trabalhos desenvolvidos, razão pela qual solicitamos o apoio dos colegas na aprovação do projeto de lei que ora propomos.

PROJETO DE LEI Nº 186/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Inácio/PR, os terrenos de nº 09 com 483 m2, nº 10 com 455 m2, nº 11 com 455 m2, nº 12 com 455 m2 e nº 14 com 455 m2, localizados na quadra nº 10, da Vila Governador Munhoz da Rocha, Município de Santo Inácio.

O terreno em questão foi anteriormente doado por aquele Executivo Municipal ao Governo do Estado, conforme consta na certidão nº 451/93, transcrita do Livro de nº 03, com nº de ordem 347, datado de 15 de maio de 1964, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santo Inácio/PR, conforme certidões comprobatórias doou terrenos de nº 09, 10, 11, 12 e 14, localizados na quadra de nº 10 da Vila Governador Munhoz da Rocha, naquele município, ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem, para que a administração daquele órgão procedesse à construção de moradias para seus funcionários no local.

Devido ao grande declive dos terrenos, o DER não utilizou os lotes para a finalidade a que se propunha, deixando-os como estavam, sem nenhuma benfeitoria.

Posteriormente o DER interessou-se por outros terrenos no município, os quais foram também doados por aquela Prefeitura ao citado órgão estadual, e onde foi edificado o atual núcleo regional de DER no município.

Diante do exposto, objetivando a utilização dos terrenos anteriormente doados ao DER e que atualmente encontram-se ociosos no município, para a construção de moradias para os carentes, em grande número no município, a Prefeitura está solicitando a reversão da situação, ou seja, a doação dos terrenos do DER para o município.

PROJETO DE LEI Nº 187/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar terreno constituído das datas nº 11 e 12 da quadra nº 29, com 1.200 m2, da planta urbana do Município de Santa Fé, contendo área construída em 1968 com 152 m2, de propriedade do Governo Estadual ao Município de Santa Fé.

Art. 2º - A área de 1.200 m2 descrita no artigo anterior, será destinada pela Prefeitura Municipal ao funcionamento da Área de Saúde, municipalizada através do SUS (Governo Federal), ficando assim sob responsabilidade do município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Fé/PR, teve seu setor de saúde municipalizado através do SUS - Sistema Único de Saúde (Governo Federal), através do qual adquiriu responsabilidade sobre todo este importante setor.

Sendo município de pequeno porte, a Prefeitura Municipal não encontra local onde possa alojar o pessoal para o necessário atendimento do setor em questão.

No Município de Santa Fé há uma área ociosa, de 1.200 m2, onde há uma construção de 152 m2, datada de 1968, sem nenhuma condição de utilização, onde a Prefeitura pretende edificar um Centro de Saúde para atendimento da população.

Esta área pertence ao Governo do Estado, mas como encontra-se ociosa e atende às necessidades do Executivo Municipal, a Prefeitura está solicitando a mesma para que possa desenvolver o trabalho de atendimento da população na área de saúde do município.

PROJETO DE LEI Nº 188/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Com base no disposto do Art. 27, item III, da Constituição Estadual, ficam revalidados até 19 de fevereiro de 1995 os efeitos do Concurso Público de Formação Técnico-Profissional de Perito Criminal, que teve o seu resultado homologado pela Resolução nº 094/91, de 19 de fevereiro de 1991, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Ao se reconhecer a carência de Peritos

Criminais nos quadros da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o presente plano de lei justifica-se por sua oportunidade e por uma questão de justiça para aqueles que já se submeteram ao concurso específico, foram aprovados e, até esta data não foram nomeados. Não é de se desprezar, também, o aspecto de praticidade da medida, pois ao se aproveitar cidadãos já concursados se estará poupando o erário das despesas que um novo concurso acarretaria.

Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia de ontem o Paraná viveu na sua história um dos dias memoráveis à política da família paranaense.

Todos os brasileiros que ali estiveram, no Círculo Militar, presenciaram que quatro agremiações partidárias fizeram com que este Paraná fosse acordado em uma nova idéia e lá perante milhares de convencionais, perante milhares de paranaenses de todos os Partidos, testemunharam de que quando o objetivo é um objetivo justo, é uma proposta séria e principalmente é uma questão de mudança, a família paranaense responde de pronto.

Não foram tão somente as aprovações da coligação que estava sendo pretendida. Não foi tão somente a escolha dos senhores candidatos a Deputados Estaduais por essa coligação. Não foi a escolha dos senhores candidatos ao cargo de Deputado Federal. Não foram os dois Senadores e seus suplentes indicados naquela coligação, mas foi sim, Senhores Deputados e Senhor Presidente, foi a escolha que já havia sido do interesse da família do Paraná de ter a opção de voto na figura de Jaime Lerner como o seu candidato e foi na composição da chapa que tivemos a felicidade deste Poder ser prestigiado na companheira, a mulher presente - aquela que é nossa mãe, aquela que é a nossa filha, aquela que é nossa irmã, aquela que realmente empresta aos homens públicos desta Nação a sua vida - está presente na Deputada Emilia Belinati, somando a todas as mulheres que realmente têm seus filhos aqui assentados e os seus filhos disputando os cargos em todos os níveis.

O prestígio da Emilia não é tão somente a este Poder e a nossa Bancada. O prestígio desta escolha se deve à mulher do Paraná. A nossa realmente metade da nossa vida que todo bom homem, seja ele público, seja ele da iniciativa privada, todo homem e todo bom filho tem uma boa mãe e uma boa esposa. E a boa filha está prendada dentro da nossa chapa com Jaime Lerner.

Tenho a satisfação, Paraná aqui presente, representado por todos os Senhores, de todos os Partidos, que a feliz escolha da Deputada Emilia Belinati veio a somar aquilo que realmente será a vitória da família paranaense na mudança deste Paraná. Haveremos de dar a opção a este Estado de uma boa administração, mais a presença - isto sim - da família na administração. Não tão somente o político, mas a presença da família a ser representada, aliando a política, a administração e a família.

E neste ano quando a igreja católica faz com que o Ano do Missionário seja iniciado em todo o solo pátrio, quando Sua Santidade, o Papa, já numa feliz iniciativa fez o Ano da Família e agora faz o Ano do Missionário.

Nós aqui que temos uma história neste Brasil que mais de duzentos mil filhos de estrangeiros aqui vieram como missionários de todas as religiões: católica, protestante, luterano; enfim, de todos vieram ao Brasil dar a ele o que é o Brasil hoje, um Brasil Cristão, um Brasil ordeiro, um Brasil que acredita em Deus. Não fossem os senhores missionários que vieram a esse solo pátrio emprestar a fé àqueles silvícolas iniciais de 1500, que estão dando até hoje a esperança para que possamos, em família, acreditar em alguma coisa superior a nós.

Não fosse a crença que o Brasil possui hoje, não fosse o laço familiar que desfrutamos, o Brasil não estaria agüentando o que agüenta desses desgovernos, tanto a nível Federal quanto a nível Estadual; a esses comandos políticos que as vezes não vêem o interesse do pequeno Município, mas vêem o interesse da sua reeleição e renega aquela indicação a ser feita de um interesse comunitário para ser de um interesse pessoal e Político.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste ano da família, neste ano missionário, nessa fé em Deus é que estamos realmente dispostos a somar para a mudança deste Estado.

Queria, em nome da Liderança do nosso Partido, o PDT, em nome da nossa Bancada, desejar à família dos quatro Partidos, à família dessa coligação, à família que escolheu Jaime Lerner e Emilia Belinati, que realmente teremos uma família no Palácio Iguazu fazendo com que os destinos do Paraná sejam trilhados pelo caminho do respeito, pelo caminho daquilo que desejamos a todos os nossos filhos, aos nossos amigos e, principalmente, indistintamente, a todos os Partidos desta Casa.

Parabéns ao Poder Legislativo que tem na pessoa da Emilia a sua presença, mas parabéns muito mais a você, mulher do Paraná, que tem na Emilia a opção do voto, do voto consciente, do voto do seu filho,

do voto da sua família e do voto da família do Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente passamos ao Horário do Grande Expediente.

Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"O PARANÁ NÃO PODE PERDER MAIS

Dentre os últimos suspiros da Revisão Constitucional nos deparamos com o Parecer do Relator Geral sobre matéria tributária.

É notório que o Paraná e toda população brasileira tem insistido por uma reforma fiscal e tributária ampla e pela implantação de justiça fiscal. Dentre as grandes anomalias do sistema tributário se encontra a enorme e injusta carga tributária que penaliza sobretudo o trabalhador assalariado.

No caso do Estado do Paraná, uma regra de exceção retira do Estado e dos Municípios cerca de 300 milhões de dólares/ano pela não cobrança do ICMS nas transferências interestaduais de energia elétrica.

Da análise do Parecer do Relator, conclui-se que:

1º) As propostas em matéria tributária elencadas no Parecer nº 054/94 são nocivas ao Estado e aos Municípios do Paraná porque:

a) a desoneração do ICMS das exportações de mercadoria e serviços causará perda equivalente a 10-12% da receita desse tributo e beneficiará exclusivamente as empresas estrangeiras, que poderão adquirir matérias-primas mais baratas, gerando maior valor agregado para as suas economias.

E deve-se notar que o Paraná além de ser o maior produtor nacional de energia elétrica - e perder o equivalente a 16% de seu ICMS pela imunidade tributária nas operações interestaduais - é um dos maiores produtores de grãos do País e grande parte de sua base econômica está assentada nas exportações, em especial, de produtos primários e semi-elaborados;

b) a substituição do Fundo de Ressarcimento às Exportações equivalentes a 10% da Receita do IPI, por uma receita igual a 80% da arrecadação do imposto de exportação, reduzirá as receitas do Estado em valor equivalente a 5% do ICMS, beneficiando apenas o Governo Federal;

c) a manutenção dos créditos do ICMS na aquisição de bens de capital, implicará queda na receita estadual de algo em torno

de 3 a 4% do ICMS que será recolhido pelo Tesouro de outros Estados.

A proposta de Reforma Tributária sangra os cofres do Estado e dos Municípios Paranaenses em cerca de 250 milhões de dólares. Some-se às perdas com energia elétrica e teremos uma perda de mais de 500 milhões de dólares.

2º) O Paraná - e sua população - são muito prejudicados, reduzindo-se em quase 20% suas receitas tributárias e por isso sua capacidade de atendimento às comunidades.

3º) - Os Municípios Paranaenses que recentemente lideravam uma ferrenha luta pelo aumento do FPM, perderão substantivas receitas e colocarão em risco seus programas de ação.

A nosso juízo e dos homens sensatos, temos que lutar contra tal proposta nefasta aos interesses do Paraná e seus Municípios."

Repito: todos vocês sabem da luta que esta Assembléia vem desenvolvendo há algum tempo no que diz respeito a modificação do Artigo 155 da Constituição Federal, que estabeleceu a imunidade tributária para energia elétrica produzida no Paraná e vendida para outros Estados.

Já tivemos oportunidade neste Parlamento junto com outros companheiros Deputados de manifestar e colocar isso ao conhecimento dos colegas nossos.

Já tivemos oportunidade nas reuniões do Conselho Parlamentar do Sul, seja em Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, aqui em Curitiba, aonde nos fizemos acompanhar pelo Algaci, pelo Zuk, pelo Djalma, pelo Toti, pelo Nereu Moura - que nos acompanharam nas reuniões mais recentes - todas as vezes este assunto foi colocado e agora para nossa desgraça - eu diria desgraça da arrecadação do Paraná - o Relator ao apresentar seu relatório nº 54/94, modificando, desonerando as exportações de ICMS, modificando outros mecanismos dentro do sistema tributário nacional, impõe mais alguma coisa ao redor de duzentos e cinquenta milhões pelos cálculos que foram feitos através da nossa assessoria, através da Associação dos Municípios do Paraná, através do Bloco Parlamentar Municipalista, presidido aqui nesta Assembléia pelo Toti Colaço, impõem-nos mais um prejuízo da ordem de duzentos e cinquenta milhões.

Então, a Assembléia Legislativa, Senhor Presidente Hermas Brandão, Senhores Deputados, não pode ficar calada num momento como este.

A nossa assessoria, na pessoa do Professor Nildo, acompanhou na semana passada a Associação dos Municípios e Prefeitos do

Paraná que estiveram em audiência com o Ministro da Fazenda Ricúpero. Lá estavam presentes - se não me falha a memória - treze Deputados Federais do Paraná, dando apoio às modificações que se pretende no Fundo de Participação dos Municípios para que se evite hoje as perdas que estão ocorrendo em função de que os municípios recebem um dinheiro em cruzeiro real e têm que pagar as suas obrigações em URV.

Além disso, estiveram esses Deputados e a nossa assessoria cuidando de acompanhar junto às lideranças, junto aos Deputados Federais para que esta proposta de reforma tributária, da forma como está colocada, não venha a ser aprovada porque acarretará - repito - um prejuízo ao Estado do Paraná, da ordem de quinhentos e cinquenta milhões de dólares; duzentos e cinquenta pelas mudanças que estão fazendo no Fundo de Ressarcimento às Exportações e pelos menos trezentos milhões de dólares, que estamos deixando de arrecadar em vista desta imunidade na venda de energia elétrica do Paraná para outros Estados.

Vamos tomar pé dessa situação como estamos tomando, iremos remeter uma correspondência em nome da Assembléia Legislativa, em nome do Conselho Parlamentar do Sul, do Bloco Parlamentar Municipalista, a todos os Parlamentares Federais do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, vamos mobilizar os demais presidentes de Assembléias Legislativas para que esta reforma tributária não permaneça do jeito que está, mas que também não se aprove com as modificações que estão sendo propostas porque elas são verdadeiramente, prejudiciais ao nosso Estado do Paraná e tenho certeza de que há outros Estados e, principalmente, prejudicial aos municípios que já se encontram numa situação de muita dificuldade face às arrecadações em cruzeiro real e os seus compromissos em URV.

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Senhor Presidente Orlando Pessuti, quero parabenizá-lo pela sua posição, pelo seu pronunciamento nesta tarde que é merecedor da maior atenção por parte de todos nós integrantes desta Casa, porque, afinal de contas, todos que aqui estamos, representamos um segmento do Estado do Paraná, uma parte do território paranaense e temos, até certo ponto, uma convivência com os prefeitos, com as prefeituras de cada município.

V.Exa. tem levantado esta bandeira, como Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, a questão desse ICMS que, lamentavelmente, nos é cobrado, porque sai do Paraná de graça, e quando vem de lá para cá nós pagamos.

Realmente é um absurdo que nós, paraenses, permaneçamos quietos, até certo ponto omissos que fomos até aqui, mas que graças à sua iniciativa esta Casa tem tomado uma posição, tem mostrado a importância de se fazer esta modificação do Artigo 155 da Constituição e que precisa ter o apoio de toda esta Casa, independente da cor partidária que pertença cada um dos seus membros.

Eu diria mais, Presidente Orlando Pessuti, temos visto diariamente na Agência Nacional "A Voz do Brasil", todas as noites o noticiário conclamando o morador da sua cidade, o vereador da sua cidade para que ele passe a cobrar do seu Prefeito a distribuição da verba que o Prefeito recebe, porque o Governo Federal está enviando para o seu município determinada quantia de dinheiro para área da educação, para a área da saúde, "... e que você, morador de determinado município, você Vereador vá fiscalizar o seu Prefeito..."

Só que os homens que fazem o noticiário da Agência Nacional, evidentemente o Ministério das Comunicações, não explica de que o Prefeito recebe em cruzeiros e tem que pagar os encargos sociais em URV.

Este é um ponto que precisamos - e peço a V.Exa. que seja o portador como Presidente desta Assembléia, com o apoio dos demais Parlamentares - de uma moção de repúdio ao Ministério das Comunicações, porque colocam os Prefeitos numa situação muito difícil, colocam os Prefeitos num paredão perante a comunidade, porque de repente as portas das Prefeituras que já vivem numa situação bastante difícil, muitas delas até fechadas em protesto a situação que vivem as Prefeituras, colocam os Prefeitos a qualquer momento a receber um contingente de pessoas, este é um ano eleitoral, é um ano que se pode aproveitar isso politicamente, até, coloca os Prefeitos em má situação.

Por isso, peço a V.Exa. que como Presidente levante esta bandeira de fazermos uma moção de repúdio ao Ministério das Comunicações no sentido de que se modifique esse texto que é publicado diariamente na Agência Nacional, dizendo que é para a população, para o Vereador, para o líder comunitário, para os segmentos dessa ou daquela cidade, fiscalizar o Senhor Prefeito no que é que está aplicando o dinheiro. Só que não explica que o dinheiro vem em cruzeiros e que o Prefeito tem que pagar o restante em URV.

No mais, parabenizo V.Exa., acho que temos a obrigação, este Plenário, este Paraná num todo, os Partidos políticos, de nos engajar nesta bandeira e fazermos reverter esse ICMS da Usina de Itaipu, que não reverte para o Paraná, mas que reverte em benefício para São Paulo, especialmen-

te, é lá que estão as grandes montadoras, e lá que vêm para cá os veículos que compramos e pagamos o ICMS para São Paulo, e São Paulo produz toda essa tecnologia, todo esse mecanismo com a nossa energia aqui de Itaipu, é um absurdo que o Paraná não pode mais aceitar, por isso parabenizo V.Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Algaci Túlio pela manifestação, e realmente é uma situação que nos preocupa, porque além desse ICMS que não estamos recebendo da energia elétrica produzida no Paraná e vendido para outros Estados.

Se não se lembram os que aqui estão presentes, o Paraná é responsável por 35% de toda energia elétrica gerada no Brasil, a partir dos recursos oriundos dos rios, e desse total produzido ao redor de 70, 75% sai do Estado para fora, sendo que São Paulo é o maior comprador. E como bem frisa o Deputado Algaci Túlio, quando levam a nossa energia não nos pagam ICMS, quando nos trazem os veículos e os produtos produzidos utilizando-se dessa energia adquirida sem ICMS, eles recebem ICMS por esse produto que nos mandam para cá.

Agora, neste momento, além de não estarmos vendo contemplada toda essa nossa luta, que não é só nossa não, hoje temos ao redor de dez Estados da Federação Brasileira envolvidos nesta luta para modificar o Artigo 155 da Constituição, porque existem estados onde não é significativa a produção de energia elétrica, mas é significativa a questão do petróleo e seus derivados. Então, se somarmos os Estados com interesse na questão da energia elétrica, aqueles com interesse na questão do petróleo e derivados, nós temos hoje pelo menos a metade dos Estados brasileiros que estão perdendo dinheiro para os grandes centros, e isso causando uma série de prejuízos aos Estados produtores que não têm, com isso, condições de gerar recursos, de melhorar as condições de vida da sua gente, construindo escolas, construindo estradas, ampliando portos, construindo casas, hospitais, e tudo mais, que se poderia construir, por exemplo, no Paraná, a cada ano, com 300 milhões de dólares que nós deixamos de arrecadar.

E agora, para complicar tudo isso, as modificações que estão sendo propostas na questão do ICMS e da exportação, principalmente, visa retirar mais uns 250 milhões dos Estados e, conseqüentemente, dos municípios, para o quê? Para engordar mais uma vez as receitas do Governo Federal que na nossa avaliação já fez o seu ajuste com a mini reforma tributária que se implantou nesse País. Quando foi preciso, naquela ocasião, uma mobilização de prefeitos, vereadores, deputados e nós lá estivemos pa-

ra que não retirassem do Fundo de Participação dos Municípios uma parcela para integrar o Fundo Social de Emergência e até hoje nós não sabemos o que é que foi feito com o dinheiro que está indo para esse Fundo.

É realmente preocupante. Essa revisão constitucional não avançou e não andou do jeito que nós gostaríamos e no apagar das luzes, as notícias que nos chegam são catastróficas para o Estado produtor de bens e produtos primários e que tem evidentemente, na exportação, um dos caminhos maiores para comercialização da safra.

O Sr. Élio Rusch - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Orlando Pessuti, na verdade, o ICMS, não só no Estado do Paraná, mas no Brasil inteiro, tem sofrido as mais diversas alterações após a promulgação da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito ao ICMS sobre a energia elétrica, porque até 88, antes da nova Constituição, tínhamos apenas um imposto único sobre a energia elétrica e o ICMS foi instituído sobre a energia elétrica, com o advento da nova Constituição.

Nós nos lembramos muito bem - e os Senhores Deputados são testemunhas disso - que em 1992, quando levantávamos uma questão aqui na Assembléia Legislativa, o que dizia respeito com os municípios ao lado de Itaipu, envolvendo os 15 municípios no que diz respeito ao rateio do ICMS que deveria ser atribuído aos municípios geradores dessa energia, diante de uma injustiça cometida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atribuindo a exclusividade, somente a Foz do Iguaçu.

Quando a polêmica foi instalada nesta Assembléia, fomos mais a fundo naquela época. Fizemos um trabalho junto a Itaipu, junto a FURNAS, ELETROSUL e me lembro muito bem, quando o Deputado Anibal Khury era o presidente da Assembléia e V.Exa. era o líder do governo, líder do PMDB aqui na Assembléia e apresentávamos naquela época, um número que ultrapassava a casa dos 13 milhões de dólares que o Paraná estava perdendo mensalmente com a exportação da energia elétrica, só da Itaipu, eu sei que naquela época fomos contestados por muitos Deputados e muitos até imaginaram, naquela época, que esses números não correspondiam com a verdade, achavam que os números eram números inventados por nós, mas para a nossa felicidade e após V.Exa. assumir a Presidência deste Poder, em conjunto com a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, fizeram um trabalho que culminou com os números extraordinários que foram mostrados não só para o Estado do Paraná, mas para o Brasil inteiro, aquilo

que o Paraná está perdendo, não anualmente, mas vamos transformar isso por dia, Deputado.

Perdemos mais do que um milhão de dólares todo dia que passa, com essa imunidade, com essa isenção de ICMS que nós exportamos para outros Estados. Essa injustiça deve ser corrigida e nós, em conjunto com diversos prefeitos do Estado do Paraná, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e outros Estados mais, como V.Exa. também tem feito. Fomos até a capital federal. Conversamos com Nelson Jobim, conversamos com o Gustavo Krause. Tivemos uma boa receptividade e eles em princípio, estiveram a favor. Tudo o que é a favor contra a imunidade, eles seriam simpatizantes da nossa idéia, mas infelizmente, a reforma da Constituição não anda.

E se não bastasse toda essa injustiça, caro Deputado Pessuti e Senhores Deputados, nos deparamos também com os 20 por cento instituído para criar o Fundo de Emergência em nosso País e com esses 20 por cento - Deputado Pessuti, o Paraná perde de novo. Porque estão retendo não só das transferências mas estão retendo 20% dos "royalties" que estão sendo pagos para o Estado do Paraná e para os municípios do nosso Estado. Os "royalties" não é uma transferência, os "royalties" é um imposto devido aos municípios, ao nosso Estado! Isso é uma injustiça que estão fazendo com o nosso Estado!

Ora, nós não podemos aceitar isso calados!

E parabenizamos a V.Exa., parabenizamos aos homens que estão trabalhando e procurando defender, de uma ou de outra forma os interesses do nosso Estado. Não podemos nos calar dessa injustiça, como nós também nos calamos, e não haveremos de nos calar diante da injustiça que estão cometendo com os 14 municípios envolvendo uma briga de Foz do Iguaçu com o ICMS de Itaipu.

Obrigado e parabéns ao senhor.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Quero informar a este Plenário que ainda no dia de hoje estaremos mantendo contato com o Governador Mário Pereira e com o Secretário Heron Arzua, para que possamos em nome do Estado do Paraná, somando esforços: Governo do Estado; Assembléia Legislativa; Associação de Municípios a gente possa, quem sabe, ainda, não perder essa batalha. Impedir essas modificações no Fundo de Ressarcimento das Exportações. Mudar alguma coisa com referência à manutenção dos créditos do ICMS na aquisição de bens de capital.

Enfim, ajustarmos, quem sabe, este artigo 155 para que possa a energia e os demais produtos ligados à produção de ener-

gia, como o petróleo e seus derivados possam eles ser tributados para que o Paraná não venha, realmente, a sofrer o que já sofre e perder - como diz Vossa Excelência, mais de um milhão de dólares/dia em arrecadação, simplesmente porque as modificações que eram necessárias não foram feitas na Constituição Federal, infelizmente.

É mais de um milhão de dólares por dia de perda que o Paraná está tendo. E muitas vezes a gente se atém as coisas até menores e muitas vezes até a gente deixa de lado um assunto de tamanha importância para o Estado do Paraná e de grande significado para as finanças do nosso Estado.

Quero agradecer aos Deputados. Se necessário for estaremos indo a Brasília ainda esta semana e se isso acontecer iremos convidá-los para que nos acompanhem.

Antes de deixarmos a tribuna, um outro assunto que nos traz à Tribuna na tarde de hoje, diz respeito à solicitação que fazemos aos Senhores Deputados para que apóiem e votem favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 20/93, de nossa autoria, que prevê a realização de plebiscito na comunidade de Campo Magro, distrito de Almirante Tamandaré com vistas à criação daquele município.

Fomos procurados no passado, pela Comissão Pró-Emancipação daquele distrito que nos trouxe as informações, os dados e todos os elementos. Apresentamos um Projeto, veio à Ordem do Dia, ele apresentava algumas falhas no seu memorial descritivo e foi daqui levantado pelos Deputados. Procurou-se avaliar esse memorial, constatou-se realmente que não estava completo, o Projeto foi retirado.

Posteriormente o Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, os Vereadores nos convidaram para uma reunião e o nosso assessor Alceu Sezarine lá esteve. Quando então chegou-se a uma proposta de entendimento onde elaborou-se um novo memorial descritivo, um novo mapa daquele que será o futuro Município de Campo Magro na Região Metropolitana de Curitiba.

Essa proposta está na Ordem do Dia de hoje, na forma de uma emenda modificativa-corretiva àquela que já havíamos apresentado em Plenário.

Essa proposta recebeu no dia 10 de maio, a emenda corretiva, parecer favorável da C.C.J. e também publicada está a Ata, o termo de acordo aonde vem a assinatura do Prefeito Municipal, de todos os Vereadores daquele Município demonstrando que neste caso foi possível o entendimento, foi possível chegar-se a um ajuste entre o município mãe e o município filho, para que possa ser criado esse novo Município na região Metropolitana de Curitiba.

Portanto, entendendo que as divergências e as dificuldades e os questionamentos foram atendidos e que isto está hoje espelhado na Emenda Corretiva que apresentamos e que já foi apreciada e teve Parecer Favorável da C.C.J., é que conclamos ao Plenário para que dê aprovação a esse Projeto de Resolução.

O Sr. Doutor Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Orlando Pessuti, é só um esclarecimento: na Ordem do Dia a respeito deste Projeto está publicado duas emendas: a nº 1, de Plenário, e a nº 2, ambas assinadas por Vossa Excelência.

Ao ler o memorial descritivo das divisas constata-se diferenças entre a emenda nº 1 e 2.

A dúvida que se levanta, se essa diferença é meramente de nomenclatura porque na emenda nº 1, se chama, diz lá: Rio Pocinho/Rio Pombas.

Na emenda nº 2, já não tem essa diferença de nomenclatura. Ou a diferença é geográfica porque em algum momento coloca como referência a estrada e outra já coloca o rio também. Esta é uma dúvida. Ou o acidente geográfico ou a diferença é área geográfica. Isto que a gente quer saber.

Se a área muda daqui para cá, então é área geográfica. Ou é um acidente geográfico que faz a divisa ou é a diferença na nomenclatura como o exemplo dado, porque conferindo uma com a outra são diferentes.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Realmente são diferentes, Deputado.

Quando o projeto veio na forma original e que foram levantadas aquelas questões com referência ao memorial descritivo, corrigimos o projeto original através dessa emenda substitutiva, que recebeu número 1, Emenda nº 1. Posteriormente havia divergência entre o município mãe e o Distrito com relação a área que seria abrangida, a área inicialmente proposta, porque a emenda nº 1 ela espelha o projeto original com as modificações que nós tivemos que fazer no memorial descritivo. Quer dizer, era o mesmo mapa só colocando o memorial descritivo numa forma de redação completa.

Com a reunião que houve em Almirante Tamandaré com os Vereadores e o Prefeito, houve por bem modificar a base geográfica daquilo que seria transformado em Município de Campo Magro.

Então diminuiu-se essa área e por conseguinte teve que se mudar o memorial descritivo, fazer um novo memorial descritivo, corrigir tudo isto e isto está espelhado na emenda nº 2 que é emenda modifi-

cativa, corretiva, à emenda Substitutiva Geral.

O que nós queremos que seja aprovado hoje, o que a comunidade de Almirante Tamandaré e de Campo Magro querem que seja aprovado na manifestação que trazem a nós através do Prefeito e dos Vereadores, todos os Vereadores daquele município, é a emenda n° 2, a emenda corretiva.

Feitos os esclarecimentos, eu registro também que se encontram aqui, de Almirante Tamandaré, os Vereadores: Arlei de Lara, Geraldo Karpeski, Tadeu Boza, Amarildo Passe, Jadir de Almeida Ribeiro, Benito Busato e o ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal, Mintio Jarek. Além dos empresários: José Antonio Pase, Rubens Zago, Antonio Gonçalves, Louvanir Menegusso, Tadeu Renato Karpeski e Antonio Karpeski, que evidentemente comparecem a este Plenário para acompanhar a votação, aguardando que os Senhores Deputados se manifestem favoravelmente, acompanhando com isso a manifestação favorável de todas as lideranças políticas no exercício de mandato daquele município.

Era o que tínhamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças:

PT. Com a palavra o Senhor Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, no final da semana passada o Supremo Tribunal Federal discutiu a questão da greve do servidor público e decidiu que o servidor tem direito a greve, mas que as mesmas são ilegais.

Diz o Jornalista Jânio de Freitas que os sábios do Supremo Tribunal Federal tenham paciência, mas a sua decisão sobre o direito de greve do funcionalismo civil ultrapassa de muito o grotesco.

Nós concordamos com Jânio de Freitas. Ultrapassa o grotesco e chega às raias do ridículo, ou às raias do autoritarismo esse tipo de decisão.

O artigo 9° da Constituição estabelece o direito de greve, dizendo que: assegurando o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo. O artigo 37, no seu inciso 7, no que diz respeito ao servidor público, diz que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei.

Se o Congresso Nacional não definiu em Lei é porque todo servidor, todo trabalhador, está garantido na Constituição o seu direito de greve. Enquanto não for definido deve ser entendido como todas elas sendo legal.

O artigo 8° da Constituição, no seu

inciso 6, diz que é obrigatório a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. Isso quando se refere ao trabalhador do serviço privado; quando se refere ao trabalho do serviço público, enquanto não definido essa negociação entendemos ser válido o estabelecido neste artigo. Se cabe aos sindicatos negociar, cabe ao governante, o representante do povo que ocupa o cargo no Poder Executivo, fazer por sua vez a negociação.

E nós sabemos, hoje, que no Brasil, com raras exceções, Prefeitos, Governadores, ou Presidente da República têm procurado negociar; no mais, as vezes têm agido com autoritarismo, reprimindo qualquer tipo de organização, ou de movimento dos trabalhadores de serviço público.

Melhor do que reprimir seria importante que esses Prefeitos, e Governadores, e Presidente da República, definisse uma política salarial decente e coerente com as necessidades desses trabalhadores.

Seria mais interessante estabelecer política de negociação e de recuperação do achatamento dos salários que tem se dado ao longo dos últimos anos.

Para se ter uma idéia, mais da metade dos trabalhadores do serviço público percebem menos que dois salários mínimos, quando não, no Nordeste Brasileiro percebem menos que um salário mínimo.

Se analisarmos o contracheque dos servidores públicos civis vamos constatar que feito o desconto da Previdência Social o que resta é menos que um salário mínimo para comer, vestir e comprar medicamentos quando for necessário. Hoje todos os Institutos, estatais ou públicos, todos os órgãos, estatais ou públicos, estão sendo fechados, ou não trabalham por falta de técnicos para fazer essas tarefas, uma vez que o salário é imoral, é indecente, é abaixo das necessidades.

A folha "Jornal do Brasil" de ontem, traz:

"A agonia bate à porta dos institutos, é IBGE, IPEA, Fundação Getúlio Vargas, todos porque não estão cumprindo com o seu dever, com a sua obrigação, porque não têm técnicos competentes, porque os que lá existiam pediram a conta pela ausência de salário decente, pela ausência de uma política coerente ao atendimento salarial do servidor.

Os juízes que lá em Brasília decidiram isso é porque têm suas cabeças voltadas para os locais aonde eles pisam ou seja, pisam em mármore e tapetes e nunca foram pisar na lama dos bairros das pequenas cidades, nas escolas e nos postos de saúde, para fazer um atendimento à população que faz esses servidores e quando vão receber o contracheque é miséria que têm a receber, enquanto que os juízes que percebem

altos salários na hora de brigar contra a medida provisória que fazia a reversão em URV compraram briga com o Poder Executivo por dez dias, porque achavam e consideravam seus salários achatados, quando a grande maioria dos servidores públicos tem os seus salários achatados nos últimos anos mais de 400/500/600% em relação ao índice oficial de inflação.

Por isso, nós do PT, nos colocamos em defesa desses trabalhadores encontrar essa decisão e pedimos que esses juízes revejam essa posição, porque é inconcebível que não se tenha direito a lutar pelos seus salários, pela sua dignidade por considerar isso ilegal.

Se não quiserem movimento grevista, movimento de reivindicação que chame a negociação os representantes desses servidores desses trabalhadores que temos certeza que acabarão todas as greves, senão a sua grande maioria na hora em que existir negociação, na hora que existir respeito a Constituição, que não tem ocorrido pelos poderes Executivo de uma maneira geral, e agora no nosso entender pelos Juízes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo neste horário da Liderança do PDT, dizer que um fato de extraordinária importância proporcionado pelo Prefeito Rafael Greca de Macedo, Prefeito de Curitiba, na semana que passou.

Na última quinta-feira o Prefeito Rafael Greca encaminhou para a Câmara Municipal de Curitiba, uma Mensagem instituindo o passe escolar aos estudantes do 1º, 2º e 3º Graus.

O Prefeito não utilizou da mídia, não fez discursos, não chamou a comunidade estudantil de Curitiba, para que lotasse o Plenário, salão nobre da Prefeitura, para até politicamente tirar proveito da situação. O Prefeito simplesmente encaminhou à Câmara o Projeto de Lei, a sua Mensagem, satisfazendo mais um compromisso, não da campanha, mas acima de tudo compromisso de cidadania, porque a concessão do passe, do pagamento com redução de 50% do valor total da tarifa do transporte de garantia de direito constitucional de acesso acima de tudo a educação e é exatamente na área da educação que o Prefeito Rafael Greca de Macedo tem feito os maiores investimentos em Curitiba.

Recentemente lançou também o livro Lições Curitiba para fazer com que criança curitibana conheça mais a fundo a sua cidade, a terra onde nasceu.

A Constituição Federal de 1988 que ti-

vemos alguns parlamentares aqui presentes tivemos o privilégio de ser Constituintes Estaduais dispõe que a educação deve ser proporcionada à população com base em princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Há essa igualdade de acesso e permanência na escola ao estudante oriundo de classe menos favorecida (a maior parte da população), numa realidade em que a renda familiar sacrifica a própria alimentação?

E todos nós sabemos do peso que o transporte tem no orçamento familiar.

Ao propor a instituição do passe escolar em Curitiba, o Prefeito Rafael Greca cuidou de estabelecer condições para o exercício desse direito.

Primeiro, o estudante deverá morar pelo menos dez quadras da escola. Segundo, a renda familiar não poderá ultrapassar três salários mínimos.

Esse valor, que é exatamente a medida da ação social da Prefeitura, é adotado como critério para outros benefícios, como o Lote da COHAB, a compra no armazém da família e a vaga na creche da prefeitura.

É dessa forma que temos atuado, evidentemente, neste sentido na Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi assim na gestão minha e do ex-Prefeito Jaime Lerner e tem sido esta continuidade dada pelo Prefeito Rafael Greca de Macedo.

Esse dispositivo vai garantir que o benefício siga na direção daqueles realmente carentes. São exatamente eles que estão, hoje, em situação de desigualdade para ir e voltar da escola.

Vale lembrar que, segundo dados do IBGE, 65% da população brasileira ganha menos de três salários mínimos por mês.

Diante do que, inferimos, a proposta do Prefeito atende ao interesse e à necessidade da maioria da população.

A mensagem do Prefeito Rafael Greca vai tramitar na Câmara Municipal de Curitiba em regime de urgência e esperamos que haja a sensibilidade de todos os vereadores na aprovação desse projeto.

E por que é que falo hoje aqui nesta Sessão da importância da aplicação desse passe-escolar na capital do Estado do Paraná? Porque estamos já, há algum tempo, tentando aprovar nesta Assembléia dois projetos de lei que, infelizmente, pararam na burocracia da Casa.

Há um projeto de lei de 1991 em que eu tento instituir o pagamento diferenciado para os estudantes de primeiro e segundo graus no transporte coletivo das regiões metropolitanas no Estado do Paraná, assegurando a redução também dos 50% no valor total da tarifa do transporte coletivo das regiões metropolitanas do Estado do Paraná, onde é maior ainda o número de pessoas que ganham menos de três salários mínimos.

E temos visto a dificuldade que têm os prefeitos das cidades, não só da região metropolitana, mas especialmente aqueles que têm que mandar alunos para vir a Curitiba estudar nas escolas, nas faculdades. Vejam o quanto isso é oneroso para as prefeituras!

Ao passo que tivéssemos este passe-escolar aplicado no transporte coletivo, o prefeito da cidade economizaria com o transporte, com o combustível e, ainda, com hora-extra que é obrigado a pagar ao motorista porque ele faz no horário noturno e sabe todos que a hora-extra do horário noturno tem outro valor.

Tem também nesta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e encaminharei um requerimento em seguida, um outro projeto de minha autoria que institui o transporte gratuito a deficientes físicos, que lamentavelmente também não andou nesta Casa, parou em alguma comissão.

Então ao mesmo tempo que venho para Tribuna, hoje, para registrar este fato que marca a administração social do Prefeito Rafael Greca de Macedo, pedir à Mesa da Casa que coloque em regime de urgência, aliás, um deles, o 398/91 já está em regime de urgência, mas lamentavelmente ainda não chegou na Ordem do Dia, e o outro Projeto que darei o seu número, na sequência, através de requerimento, para que venha na Ordem do Dia.

Só que é o momento, Sr. Presidente, que a COMEC negociou com os empresários do Transporte Coletivo até a redução do Transporte Coletivo na Região Metropolitana, retirando os alternativos, os piratas, onde os empresários sentiram que seus bolsos estavam esvaziando em função da concorrência desse transporte maluco colocado pelo ex-Governador do Estado, com ônibus caindo os pedaços, não concluindo a sua viagem até o ponto final, mas que de uma certa forma atendia ao bolso do trabalhador pelo valor menor da passagem.

Ao mesmo tempo que esse transporte alternativo sai e os empresários entenderam que era a hora de baixar um pouco a tarifa, entendemos ser a hora oportuna, também, de aproveitar, pelo jeito essa sensibilidade que tocou aos empresários do transporte coletivo, para colocarmos em votação esses dois Projetos.

É o apelo que faço, Sr. Presidente, em nome daqueles que não tiveram a sorte de terem nascido com todos os seus órgãos em perfeitas condições, e em nome daqueles estudantes que na Região Metropolitana ganham menos de três salários mínimos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continuando o Horário das Lideranças: PMDB. (Declina).

PSDB.

(Declina).

PL.

(Declina).

PTB.

Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com satisfação que nós, Deputados do PTB do Paraná, formamos juntos com o PDT, com o PSDB, e com o PFL na tarde de ontem, a coligação vitoriosa ao Governo do Estado do Paraná. "Paraná novos caminhos". Durante todo dia de ontem me preocupei muito com os companheiros Teobaldo Machado, Joaquim dos Santos Filho, Deputado Nelson Justus, e o Presidente do PDT Tássio Kani-guchi. Ontem foi um dia extremamente tenso porque recaiu sobre os quatro Partidos, e quero frisar muito bem, sobre os quatro Partidos, e não como fizeram colocar, sobre os ombros dos quatro Presidentes os cortes que foram feitos a companheiros nossos de todo o Estado do Paraná.

Foi muito difícil para os quatro Presidentes dos Partidos fazerem essa pré-seleção. Nenhum de nós, Deputados e candidatos a Deputado, torcia por esse ou aquele candidato ser cortado. Vi, no semblante do meu Presidente, Deputado Nelson Justus toda a apreensão e toda angústia de ter que cortar companheiros que lutaram para que o PTB chegasse onde está; vi, também, o mesmo problema dentro do PDT, vi o mesmo problema dentro do PFL.

Mas tenham os Senhores uma certeza: depois das palavras do futuro Governador do Paraná, Jaime Lerner, que disse, que jurou ao túmulo do seu pai que o Paraná seria a terra da esperança, nós todos saímos daquela Convenção com o intuito e com a vontade ferrenha de ganharmos as eleições, se Deus quiser, ainda no primeiro turno. Contra a moralidade, contra a ética, que sempre fomos acusados, os partidos dessa coligação, nós, temos a certeza, que o Paraná responderá com o voto seguro ao candidato Jaime Lerner nas urnas em 03 de outubro.

Senhores Deputados, tenho a convicção de que possivelmente ganharemos essas eleições ainda no primeiro turno e quero dizer agora a todos os companheiros. Não existem mais PSDB, PFL, PDT ou PTB. O que existe agora é Paraná - Novos caminhos. Pela grandeza do Paraná, pelo progresso do Paraná, que o Paraná não seja mais reconhecido como um Estado miserável, um Paraná que já foi 4º na Nação brasileira, hoje é 6º, um Paraná que tem dois milhões de famintos, um Paraná que nenhuma indústria se instalou durante o governo Roberto Requião, um Paraná que graça a Deus, nos úl-

timos 2 meses tem sido governado por uma pessoa equilibrada e decente, que é o Governador Mário Pereira.

Por isso quero reiterar o meu apoio ao Senador Gomes de Carvalho, nosso Senador, a todos os companheiros dessa coligação, à nossa candidata a vice-Governadora, Deputada Emilia Belinati e ao Governador eleito, Jaime Lerner.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra o PFL.

Com a palavra, o Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Presidente dessa Sessão, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Da mesma forma como fez o Deputado Zuk e também o Deputado Fregonese, também usamos o espaço da Liderança do PLF para, nesse momento recordar e para que fique registrado nos Anais dessa Sessão, o dia histórico que haverá de ficar marcado nas páginas do nosso Estado, o dia em que os 4 partidos, o PDT, o PSDB, o PFL e o PTB realizaram suas convenções simultaneamente no mesmo local, pela parte da manhã, escolhendo e homologando as candidaturas, tanto a majoritária, como para a proporcional também e no período da tarde, numa festa que reuniu todas as lideranças desse Partido, tanto da Capital como do interior, prefeitos e vereadores, delegados e lideranças, todos irmanados para os novos caminhos.

Outros tempos e é por isso que digo que esse dia haverá de ficar marcado na História do nosso Estado. Haverá de ficar marcado na História, por dois motivos: primeiro, porque se faz uma ampla aliança, se faz uma coligação de 4, 5 partidos, que acima dos interesses partidários, existe o interesse e a preocupação no crescimento e no desenvolvimento do nosso Estado, e a segunda página, não me recordo se já existiu ou se já houve nas eleições em nosso Estado, uma candidata a disputar um cargo na majoritária, não me recordo e se existiu, esperamos, que a Deputada Emilia - que não haverá de representar somente as eleitoras do Paraná, mas haverá, sobretudo, respeitar e representar no Executivo do nosso Estado aquilo que interessa ao nosso Estado.

Deputada Emilia: sucesso, felicidade. Sabemos que a administração do Estado com Jaime Lerner, reconhecido não só no Estado e no Brasil, mas reconhecido mundialmente, estando você - Emilia, e me permita chamá-la assim, ao seu lado, na vice-governança, não só a mulher do Paraná, mas a sociedade do Paraná, a criança, o operário, o empresário, o professor, o profissional.

liberal, enfim, a sociedade do Paraná haverá de estar bem representada rumo ao desenvolvimento, ao crescimento do nosso Estado.

A Sra. Emilia Belinati - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Quero agradecer o pronunciamento do nobre Deputado, do Deputado Fregonese, do Deputado Zuk e aproveitar também esta oportunidade para agradecer a todos os companheiros do PDT, os Deputados do PFL, do PSDB, do PTB e os companheiros do Partido Verde que homologaram ontem na Convenção da Chapa Novo Paraná os nossos nomes para a disputa nesta eleição. Na verdade a coligação de Jaime Lerner mais uma vez está inovando, lançando o nome de uma mulher como candidata a vice-Governadora.

Na verdade a escolha do nome é o reconhecimento do Jaime Lerner e da coligação da importância da participação da mulher na política paranaense. Jaime Lerner em outras ocasiões quando ocupou a prefeitura de Curitiba teve diversas mulheres no primeiro escalão do seu governo na administração. Então eu espero e na verdade é uma responsabilidade muito grande ser candidato a vice de Jaime Lerner. Tenho uma responsabilidade muito grande principalmente com os Senhores Deputados companheiros, companheiros da coligação que indicaram meu nome no sentido de fortalecer esta candidatura. E, com certeza, a partir do próximo ano com a eleição dos nossos companheiros desta coligação e com a eleição de Jaime Lerner Governador, o Paraná terá um novo rumo. Com certeza o Paraná não será o mesmo.

Acredito que - como mulher cristã - acredito que Deus tem um propósito em tudo. E Deus com certeza quer promover o resgate de todo o povo brasileiro. A restauração do povo brasileiro, a restauração do povo do Paraná. A esta restauração passa pela participação de homens e mulheres como homens e mulheres que fazem parte desta coligação. E nós queremos crer que Deus estará nos abençoando e nos dando a oportunidade de nós representarmos o nosso povo.

Deus está dando a oportunidade de nós sermos um vaso que realmente esteja contido nele o respeito pela sociedade, o respeito pelo ser humano, o respeito, o respeito pelo Paraná principalmente com as propostas de Jaime Lerner, de mudar o Paraná através dos municípios. Então Jaime Lerner e nós todos da coligação, a partir do próximo ano, com certeza teremos e o Paraná terá um novo rumo, o Paraná não será mais o mesmo. Será um novo Paraná.

Quero agradecer esta confiança e agradecer também o pronunciamento dos compa-

nheiros Deputados e dizer que a responsabilidade é grande e que o desafio é grande. Mas se Deus quiser nós estaremos numa luta de propostas concretas e sérias para o Paraná.

Muito obrigada pelo aparte.

O SR. ÉLIO RUSCH - Deputada Emilia, mais do que as nossas palavras, do que as suas palavras são os atos, as suas ações, os seus trabalhos, a sua postura como Deputada, como mulher e como profissional.

Temos certeza que o trabalho que a Senhora tem realizado só resta dizer, a confiança, aliás, a certeza e o nosso reconhecimento que no seu futuro e no seu trabalho temos a certeza que o Paraná estará entregue em boas mãos.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte Deputado?

(Assentimento).

Deputado Élio Rusch, fazemos parte da Bancada do PSDB e pudemos sentir ontem durante a nossa Convenção apesar de que havia um certo descontentamento no momento em que o nosso Partido perdeu a vaga de vice-Governador.

Mas, sentíamos de outro lado que por unanimidade havia um reconhecimento da felicidade na escolha da nobre Deputada Emilia Belinati.

E gostaria que ficasse frisado neste momento, entre todos nós aqui presentes, todos os Deputados, que além de a Emilia representar a mulher, acredito que ela conquistou este espaço pela sua conduta. Sua conduta como pessoa no seu dia-a-dia e principalmente pela sua atuação como Deputada.

A Emilia conseguiu angariar o respeito dos 53 Deputados desta Casa, e logicamente de todas as mulheres e de todos os paranaenses.

Pude sentir o entusiasmo, inclusive, da minha própria esposa quando soube da indicação da Deputada Emilia Belinati, quando sentimos que as pessoas, as mulheres vestiram a camisa da candidatura da Emilia e lá, durante a Convenção, Vossa Excelência pode presenciar quando a Emilia se pronunciava o grande número de aplausos que ela recebia.

Acho que foi uma ótima escolha. O Paraná vai ganhar e tenho certeza que a Emilia vai marcar época na história do Paraná.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sem sombra de dúvida quem ganha com tudo isto é o Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, finalizo dizendo o seguinte à Deputada Emilia e ao povo do Paraná:

"Tudo vale a pena quando a alma não for pequena."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças: PP.
(Declina).
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado José Tavares, na qualidade de vice-Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão de Saúde, como Titular, em substituição a um outro Senhor Deputado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para a sua suplência na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do País, por trinta (30) dias, com a finalidade de participar de congressos e cursos na Alemanha e Itália. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de seis (06) de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 087/94, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, Estado do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/93, de autoria do Deputado Orlando

Pessuti, que autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA CORRETIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

EMENDA MODIFICATIVA, CORRETIVA A
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL,

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

Artigo Único - O Projeto de Resolução n° 020/93, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré e com as divisas abaixo descritas:

- Começa no marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo. Segue pelas margens direita do rio Ouro Fino até encontrar o rio Capivara, no município de Campo Largo. Segue pelas margens direita do rio Capivara até a foz do rio Betara, e segue por este até encontrar a foz do rio Pocinho com a estrada Capivara dos Ferreiras, no Município de Itaperuçu. Da foz do rio Pocinho com a estrada Capivara dos Ferreiras, segue pela estrada até o rio Ilhéus. Do rio Ilhéus segue pela estrada da Barra de Santa Rita até o rio da Barra de Santa Rita. Do rio da Barra de Santa Rita, segue pela estrada do Campo Novo até encontrar o rio Juriqui. Segue pela margem esquerda do rio Juriqui, no Município de Almirante Tamandaré, até o encontro com o Rio Passaúna. Segue pela margem direita do rio Passaúna até encontrar o marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo, ponto inicial e final.

Art. 2° - O perímetro urbano do Município terá as seguintes divisas:

- Principia num marco colocado à margem direita da estrada Curitiba - Porto Alvorada, n° KM 21, mais 784 metros, daí em reta de rumo verdadeiro, 34° 35' SO, medindo 294,00 metros alcança um marco; deste marco, em reta de rumo verdadeiro 53° 21' NO, alcança outro marco colocado na estrada principal na distância de 132,5 metros, confrontando com terras ocupadas por José Favoreto: daí, segue pela estrada no sentido sudoeste até a encruzilhada com estrada para Rondinha, pela qual segue, no sentido sudoeste, até encontrar um marco colocado no barranco esquerdo da mesma estrada; daí em rumo 23° 32' NO, segue em reta medindo 100,00 metros, encontrando.

uma estrada vicinal, segue por esta até encontrar um marco colocado a 12,00 metros da encruzilhada com estrada Curitiba-Porto Alvorada; desce em reta ao rumo 39° 40' NE e distância de 426,00 metros, ao marco posto sobre uma lomba, segue por este através do Córrego Rio Verde; sobre uma pequena lomba até um marco cravado sobre esta; deste marco em reta 34° 39' SO, e distância de 252,00 metros, ao marco ponto de partida da presente descrição.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 08.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Hermas Brandão, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE PLENÁRIO N° 02

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

A emenda n° 02, ao Projeto de Resolução n° 020/93, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

A emenda modificativa à emenda substitutiva geral mencionada visa corrigir as divisas, sendo apresentada dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Nelson Garcia, Costenaro Neto, Nilton Barbosa, Ernani Puddell, Emilia Belinati, João Iensen e 1 ilegível.

Sobre o referido projeto requerimento de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação à Emenda n° 02, apresentada.

Aprovado.

Em votação a emenda n° 2 de autoria do Deputado Orlando Pessuti.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Em consequência está prejudicado o substitutivo geral de Plenário.

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 044/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre a obrigato-

riedade de mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/94, de autoria do Deputado José Arthur Ritti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina - PR., objetivando a implantação de extensão do Campus da UEPG no referido município, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 14, de 08.03.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 050/94

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio através da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando a implantação de extensão do "campus" da UEPG no referido Município, com os recursos que especifica.

O caput do art. 180 da Constituição Estadual assim expressa: "Art. 180 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino.", de onde abstraímos que compete às universidades, através de seus instrumentos próprios que a instrumentalizam no exercício desta autonomia, quais sejam: Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Conselho de Administração, dispor sobre criação de curso e mesmo a modificação ou a extinção deles.

Ainda quanto a criação de um ou mais cursos, necessita-se ainda do "reconhecimento" de cursos a serem criados através de órgãos governamentais, como por exemplo o Conselho Estadual de Educação e o próprio Ministério da Educação.

Diante do exposto, opinamos que o presente Projeto tome forma nos termos adiante descrito.

Devemos salientar a correta iniciativa do nobre parlamentar que legisla sobre assunto tão importante, tratado pelos Constituintes Estaduais no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Carta: "Art. 19 - No mesmo prazo do artigo anterior, o Estado dará apoio às universidades públicas estaduais no sentido da descentralização de suas

atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional nas respectivas microrregiões."

Com a aprovação dessa emenda, o presente projeto fica em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 050/94

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado José Arthur Ritti, o projeto de lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio, objetivando a implantação de cursos superiores no Município de Santo Antonio da Platina.

A proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável, na forma do Substitutivo por ela apresentado.

Na competência desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 050/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Arthur Ritti, o Projeto de Lei nº 050/94, ora sendo examinado por este relator, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio, objetivando a implantação de cursos superiores no Município de Santo Antonio da Platina.

Verificamos que a matéria já mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo por ela apresentado, parecer favorável, o mesmo ocorrendo na Comissão de Finanças.

Este relator, nada tendo encontrado de irregular no presente plano de lei, emite o seu parecer favorável, ao substitutivo apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina-Pr,

objetivando a implantação de cursos superiores naquele município.

Parágrafo Único - Os cursos a serem implantados serão definidos mediante projetos específicos, atendidas as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação do Paraná e do Ministério da Educação.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, para fins de sua aplicação.

Art. 3º - Fica autorizada, também, a abertura de crédito suplementar, para cobertura das despesas resultantes desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

Apoiamento: Nelson Garcia, Ernani Pudell, Oswaldo Trevisan, João Iensen, Arlindo Troian e Paulo Maia.

Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Apenas para deixar claro que nós estamos votando no item 3 com a emenda de Plenário e não com o parecer contrário da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está feita a observação do nobre Deputado José Tavares. 1ª discussão do Projeto de Lei nº 050/94. **Em discussão.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - O item 4, de autoria do Deputado José Arthur Ritti, hoje vamos deixar bem claro que votamos somente a constitucionalidade e que amanhã a Bancada do PT apresentará emendas, uma vez que a questão da abertura de orçamento estabelecida neste projeto de lei deve ser definido pelo Poder Executivo e deve ser dado conhecimento a essa Casa de Leis.

Então, em função hoje somente a constitucionalidade e amanhã, a questão de mérito, apresentaremos emenda, uma vez que tem projeto como ele está, representa um cheque em branco sem prestação de contas a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. EMEN-

DA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 30, de 29.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 101/94

P A R E C E R:

A proposição em exame, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, dispõe sobre depósito legal de materiais informativos à Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Tal iniciativa é altamente qualificada e digna de aprovação, todavia contém empecilho constitucional, pois trata de matéria de competência privativa do Executivo. Dada sua importância, apresentamos em anexo, emenda modificativa, visando sanear a inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 101/94

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados, Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei nº 101/94, ora sendo examinado por este relator, verificou que, conforme emenda modificativa apresentada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano de lei, passou a ter um caráter legal, autorizando o Poder Executivo a regular o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Sanada a irregularidade Constitucional pela emenda modificativa apresentada, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 101/94

Modifica-se a súmula e o artigo 1º da proposição, em epígrafe, pela seguinte redação:

"SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a regular depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Esta lei autoriza o Poder Executivo a regular o Depósito legal de publicações,...."

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Paulo Maia, Emilia Belinati.

O SR. DOUTOR ROSINHA (*Pela Ordem*) - A mesma questão levantada pelo Deputado José Tavares: a uma emenda corrigindo a inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (*Hermes Brandão*) - Só em 2.^a discussão será analisado isso, Deputado.

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede aos professores da Rede Estadual de Ensino, que exercem ou exerceram atividades administrativas ligadas à área da educação, o benefício do artigo 40, inciso I, letra B, da Constituição Federal. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. COM EMENDA DA C.E.C.E. (Publ. no DA. n° 41, de 18.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 130/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 130/94, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva a conceder aos Professores da Rede Estadual de Ensino, que exercem ou exerceram atividades administrativas, ligadas a área da Educação, o benefício do Artigo 40, inciso I, letra b, da Constituição Federal.

Sob o aspecto constitucional, regimental e legal, o presente projeto se encontra em condições de prosseguir seu trâmite normal.

Somos portanto, de parecer favorável à presente proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 130/94

P A R E C E R:

Proposto pelo Deputado Dirceu Manfrinato, o presente plano de lei, objetiva conceder aos professores da Rede Estadual de Ensino, que exercem ou exerceram atividades administrativas ligadas a área da Educação, o benefício do artigo 40, inciso I, letra b, da Constituição Federal.

Analisada a medida pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta, parecer favorável.

Esta comissão no que diz respeito ao mérito da proposta apresentada, não encontrou nenhum impedimento à sua tramitação normal.

Isto posto, cumprindo o estabelecido pela emenda modificativa corretiva anexada ao Projeto, nosso parecer é favorável, à aprovação do plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
AO PROJETO DE LEI N° 130/94

P A R E C E R:

Art. 1° - Onde se lê, Inciso I, leia-

-se:

"Inciso III - ..."

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento: Nilton Barbosa, Costenaro Neto, Antônio Annibelli, Alceu Swarowski, José Tavares, Arlindo Troian, Durval Amaral.

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (*Pela Ordem*) - Senhor Presidente, Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, gostaria de um esclarecimento do projeto de Vossa Excelência para poder nos posicionar.

Diz respeito a doar ao Município de São Manoel do Paraná, o terreno que descreve.

O pedido nosso é para construção em cima deste imóvel, uma vez que na justificativa não está atendido e nem no corpo do projeto, para que nós possamos nos posicionar.

O SR. PRESIDENTE (*Hermes Brandão*) - Participo Vossa Excelência que está sendo votado o item 6°, que não se faz menção à doação do terreno.

O SR. DOUTOR ROSINHA (*Pela Ordem*) - Está no item 6° então. Aí já serve para o item 7°, à hora que entrar o Deputado esclarece.

Está em votação o Projeto do item 6°. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 131/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Manoel do Paraná, o terreno que abaixo descreve. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. n° 41, de 18.04.94.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 131/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, o mesmo invade as prerrogativas exclusivas do Senhor Governador, elencadas na Constituição Estadual.

Todavia, ao considerar o cunho meramente autorizatório do projeto, estando de conformidade com as técnicas legislativas

não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, Parecer Favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 131/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva autorizar o Poder Executivo, a doar ao Município de São Manoel do Paraná, o terreno que descreve.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator.

Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Inicialmente já agradeço aos Senhores Deputados por terem votado o nosso Projeto. É evidente que apresentamos tantos projetos nesta Casa que chega até confundir o ilustre Deputado Doutor Rosinha: são dois Projetos nossos, votados hoje.

E até, Deputado, quero pedir escusas a Vossa Excelência, uma vez que de talvez tenha sido uma falha minha de não ter encaminhado essa justificativa, mas será para construir o prédio da EMATER.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 140/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45, de 26.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 140/94

P A R E C E R

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei n° 140/94, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra.

Da análise do Projeto em tela, consta-

tamos que o mesmo está em plena conformidade com os ditames legais contidos na Lei n° 6994/78, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Novo Amparo, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 03.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 150/94

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, o Projeto de Lei n° 150/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Novo Amparo, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os ditames legais contidos na Lei n° 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/94, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná, ASFA/PR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 55, de 10.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 159/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 159/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná, ASFA, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que cria o Município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 170/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

COM O MUNICÍPIO DE PALMITAL

Começa na foz do Rio do Cobre ou Barreiro, no Rio Piquiri, sobe pelo Rio Piquiri até a foz do Rio Guampará;

COM O MUNICÍPIO DE CANTAGALO

Começa no Rio Piquiri na foz do Rio Guampará, sobe por este até sua nascente, deste ponto em linha seca alcança a cabeceira do Arroio do Doutor, desce por este até a foz do Rio do Cobre, segue pelo Rio do Cobre até sua confluência com o Rio São Tomé e por este acima até a sua nascente na Serra do Cantagalo, ponto contravertente do Rio Restinga Grande;

COM O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Começa no ponto acima descrito na Serra do Cantagalo, segue por esta linha seca no sentido Oeste, cruzando a Estrada Cinco Voltas - Marquinho, passando pelo Rio Cinco Voltas, continuando pela cumiada da referida serra, ainda no sentido Oeste, até alcançar a nascente do Arroio dos Quatis, deste ponto desce pelo Arroio dos Quatis até sua foz no Rio Cinco Voltas, segue pelo mesmo rio até sua confluência com o Rio do Cobre ou Barreiro, desce pelo Rio do Cobre ou Barreiro até sua foz do Rio Piquiri, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DO MUNICÍPIO DE MARQUINHO:

"Partindo da margem direita da estrada que deste distrito vai ter a sede do Município de Guarapuava, onde ficou plantado um marco de imbuia, com o rumo 67º SE, mediu-se 100 metros até um outro marco de imbuia plantado a margem de uma cerca de arame e, por esta, mediu-se 94 metros e com o rumo de 26º SE até outro marco plantado a margem da mesma cerca, deste com o rumo 23º SO, mediu-se atravessando uma estrada de rodagem aos 70 metros, com o mesmo rumo, mediu-se mais 290 metros, até outro marco de imbuia, deste com o rumo 67º NO, mediu-se 970 metros até outro marco de imbuia, deste com o rumo 23º NE, mediu-se 360 metros até outro marco, deste com o rumo 68º SE, mediu-se 730 metros até outro marco, deste com o rumo 22º NE, mediu-se

64 metros até outro marco, deste com o rumo 67º SE, mediu-se 70 metros até o marco plantado a margem da estrada que serviu de ponto de partida para descrição de limites deste quadro urbano."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 053/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo.

A consulta plebiscitária foi realizada no último dia 13 de março do corrente ano. Sendo que a votação teve resultado amplamente favorável à criação do município, com 2.067 votos a favor, 58 votos contrários, 8 votos em branco e 2 votos nulos.

Em análise da referida proposição vê-se claramente que se trata de justa medida consubstanciada na vontade majoritária da comunidade interessada, a qual foi previamente consultada e sendo sua vontade amparada e respeitada em plebiscito, assim como todos os dispositivos legais em vigor.

Assim sendo, chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para opinar sobre o aspecto legal e constitucional da matéria em questão, nada encontramos que possa obstar a legal tramitação da mesma por esta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do presente projeto de resolução, conforme projeto de lei em anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/94, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Foz do Jordão. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 34, de 05.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/94

P A R E C E R:

Propôs o autor do projeto de resolução

ção, objetivando autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica para a criação do Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1270, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1273 e 1311, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1274, 1275 a 1279 e 1304, 1305, 1307 a 1309, autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1280, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1283 a 1285 e 1289, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1286, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1288, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1290 a 1292, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1293 e 1294, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1295 a 1297, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Namir Piacentini, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1310, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1314, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1315, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Faço questão de registrar o encaminhamento desse meu requerimento, porque ele vem baseado num apelo da comunidade do bairro do Ahú, distante menos de 500 metros aqui da Assembléia Legislativa, onde funciona a Escola Estadual Aline Picheth, funciona há muitos anos neste bairro à Rua Garcês do Nascimento, teve desativado o primeiro grau, (que equivale ao ginásio antigo), começando da 5.^a até a 8.^a série sucessivamente.

Como a primeira série a ser desativada é a 5.^a (quinta), os alunos estão sendo dispersados como formigas procurando vagas em outras escolas. Com o seu tradicionalismo de muito tempo, lá estudaram nossos filhos e netos, a Escola "Aline Picheth" não pode acabar assim o seu ensino que é de primeira.

A comunidade do Ahú pede a V.S. que não deixe acabar o 1º grau da Escola "Aline Picheth". Se não há lugar ali, qualquer lugar por perto solucionaria este drama de termos as nossas crianças dispersadas no meio do curso, desambientadas e atrás de uma vaga em um bom colégio como é a Escola em questão. Ela é uma das primeiras de Curitiba em ensino e não há motivo que justifique a dissolução do 1º grau. Qualquer que seja o lugar, lá mesmo ou em outro, mas que não morra o 1º grau da tradicional "Aline Picheth".

Se for necessário um abaixo assinado para que esta Escola continue em pé, há centenas de pais de alunos prontos a assinar.

Aqui mais à frente cita que o Aline Picheth não pode ser mutilado.

A comunidade pede que continue o primeiro grau.

Então, faço esse apelo aqui porque é endereçado pela Senhora Lila Tecla, moradora há mais de trinta anos na comunidade, aqui pertinho da Assembléia Legislativa, que está vendo, de um momento para outro, acabar o primeiro grau numa escola tradicional da Capital do Paraná, que é a Escola Aline Picheth.

Por esta razão estamos encaminhando à Secretaria Estadual da Educação esse apelo em nome da comunidade do bairro do Ahú e também do Centro Cívico, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93.

e do Projeto de Lei n° 044/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 050, 101, 130, 131, 140, 150, 159 e 170/94.

e do Projeto de Resolução n° 008/94.

Levanta-se a sessão.